

Desastres, participação social e possibilidades de resistência: experiências do evento de janeiro de 2011 na região serrana do Rio de Janeiro

Sergio Portella
Simone Santos Oliveira

Fundação Oswaldo Cruz

Como citar este documento:

Portella, Sergio; Simone Santos Oliveira, (2015) "**Desastres, participação social e possibilidades de resistência: experiências do evento de janeiro de 2011 na região serrana do Rio de Janeiro**". En: *Seminario Internacional sobre Ciencias Sociales y Riesgo de Desastre: un encuentro inconcluso*. Buenos Aires, 15 al 17 de septiembre; 9 p.

Resumo:

O tema da participação social vem se tornando mais central na medida em que se multiplicam as crises nas relações entre o governo, a ciência e os conhecimentos especializados, de um lado, e os cidadãos, as suas organizações e comunidades de outro. As consensualidades discursivas sustentadas na ideia de participação embasam as iniciativas de agências nacionais e internacionais envolvidas no financiamento das respostas a situações extremas, no sentido da exigência da participação social nos projetos que apoiam. Mas parece que as características que em situações normais são quase invisíveis, naturalizadas, ficam expostas e exacerbadas em situações de crise social, produzindo exclusão daqueles que alegadamente se quer incluir. Mesmo que referendada em todos esses discursos, e em muitos casos promovendo uma sintaxe própria, hoje ainda não se sabe como tornar a participação social impactante na resolução dos problemas mundializados e na superação da inadequação das respostas dos governos aos mesmos. E, na maioria das vezes, somente a resistência às políticas públicas propostas podem indicar uma participação pública autêntica por parte das populações. Resistências individuais de pequenos lavradores. Resistências culturais como de quilombolas. Resistências de comunidades e bairros inteiros aos laudos técnicos que defendiam a saída de suas terras, com o apoio de outros estudos técnico-científico que se contrapunham aos estudos oficiais. O registro e a análise dessas resistências às políticas públicas propostas no pós-desastres do evento extremo de 11 de janeiro de 2011, nas cidades serranas do norte do Estado do Rio de Janeiro, Brasil, é parte da pesquisa empreendida pelos autores.

Introdução

A gestão da redução de desastres relacionada a secas ou a inundações, o regime de produção de conhecimento em torno dessa ecologia específica no continente latinoamericano e a participação cidadã de suas populações não podem mais ser pensadas separadamente. Apesar do reconhecimento desta necessidade, as reflexões aqui apresentadas identificam e buscam pistas para a superação do fosso entre o discurso em prol da participação social e o pequeno número de ações para envolver os cidadãos ativamente. Essa relação poder-conhecimento-população (Portella & Nunes, 2014), não é exclusividade da área de redução de desastres, ela se repete e é multiplicada em todas as áreas da administração estatal. Mais especificamente em eventos extremos - como no desastre das cidades serranas no Estado do Rio de Janeiro em janeiro de 2011 – essa relação se expõe através de inúmeras controvérsias públicas que abrem espaço para a polemização da tecnicidade da maioria dos relatórios produzidos sobre os eventos e que apóiam soluções verticalizadas e desiguais.

Problemáticas mundializadas e inadaptação dos governos para seu enfrentamento têm vindo conferir à participação social um valor que alguns designam de mítico (Milani, 2008). A dinamização da participação seria a panacéia que resolveria as dificuldades crescentes, da parte dos governos, de gestão de dinâmicas sociais cada vez mais complexas e incertas. A expressão *Participação Social* transformou-se, assim, em um termo central e comum aos discursos que atravessam, da esquerda à direita, o espectro político-partidário e as coalisões que sustentam os governos, em diferentes escalas, do local ao nacional (Dagnino et al, 2006). O tema da participação foi se tornando mais crítico na medida em que se tornava visível a multiplicação de crises nas relações entre o governo, a ciência e os conhecimentos especializados, de um lado, e os cidadãos, as suas organizações e comunidades de outro. As consensualidades discursivas sustentadas na ideia de participação embasaram as iniciativas de agências nacionais e internacionais envolvidas no financiamento das respostas a situações problemáticas ou extremas, no sentido da exigência da participação social nos projetos que apoiavam. Tanto na formulação dos projetos como nos seus relatórios de prestação de contas, aqueles que solicitavam o apoio deveriam, assim, especificar objetivos e metas para ações de participação social envolvendo as populações destinatárias dos projetos e comprovar a sua efetivação. A deliberação pelas populações locais, adjetivada por vezes de democrática, converteu-se, assim, numa condição necessária à aprovação desses apoios e à validação dos relatórios das intervenções por eles suportados. As exigências de agentes financiadores contribuíram, assim, para a institucionalização da consulta à “sociedade civil” nos processos de formulação de políticas públicas locais e da participação social em execução de projetos sociais, mesmo que privados. Formulou-se e implementou-se o “princípio participativo”, que então pode ser encontrado nos discursos das mais variadas instituições internacionais, em atores tão diversos quanto o Banco Mundial, a União Europeia, as Nações Unidas, e organizações não-governamentais e integrantes do Fórum Social Mundial. Documentos de referência internacional acabaram, por coerência metodológica, a colocar tal princípio no coração dos debates pelo desenvolvimento sustentável como o *Human Development Report* de 1993 (UNDP, 1993). No mesmo rastro, em 1999, o Banco Mundial publica de *Voices of the Poor*, que agendou e costurou definitivamente as práticas participativas por dentro de seus projetos pela

sustentabilidade (Milani, 2008). A obrigação de promover a participação para doadores e promotores de projetos e políticas, e de participar, para os destinatários dessas iniciativas, suscita interpretações e avaliações distintas, que estão longe de convergir no que diz respeito à eficácia e, mesmo, à desejabilidade dessa obrigação, que chegou mesmo, por parte de alguns críticos, a merecer o apodo de “tirania” (Cooke, 2001; Hickey, 2004).

Todo esse valor dado à participação, em março de 2015, acabou sendo mais uma vez destacada como ação fundamental para a gestão de redução de desastre, na recente edição do Marco de Sendai, para o período 2015-2030. Nele a transversalidade do tema é associado às condições necessárias para o desenvolvimento sustentável, que exige “empoderamento e participação inclusiva, acessível e não discriminatória, com especial atenção para as pessoas desproporcionalmente afetadas por desastres, especialmente os mais pobres” (UNISDR, 2015, p.8).

Mesmo que referendada em todos esses discursos, e em muitos casos promovendo uma sintaxe própria, hoje ainda é um desafio a efetiva participação social impactante na resolução dos problemas mundializados e na superação da inadequação das respostas dos governos aos mesmos. Não é, portanto, surpreendente, a multiplicação de manifestações em todo o mundo, pedindo justamente participação social e transparência na gestão dos governos, em todos os níveis. Ironicamente, todos a pedem e ninguém a tem.

A escolha de focalizar o tema da relação da gestão dos governos, o regime de produções de saberes e a efetiva participação das comunidades em eventos extremos não é, assim, ocasional, ou paradoxalmente, evidente. Mas parece que as características sociais que em situações não-extremas são quase invisíveis, naturalizadas e classificadas de normais, ficam expostas e exacerbadas em situações de crise social, produzindo exclusão daqueles que alegadamente se quer incluir (Portella & Nunes, 2014).

O artigo quer exemplificar, como no caso do desastre de 2011 na região serrana do Rio de Janeiro, as soluções produzidas para enfrentar condições sócioambientais foram em sua maioria exclusivas, mesmo quando o fim da ação era justamente a população diretamente afetada pelos acontecimentos. Uma das principais soluções em Nova Friburgo e Teresópolis foi a construção de conjuntos habitacionais para os desabrigados e desalojados pelas políticas públicas preventivas. Na maioria das vezes, somente a resistência às políticas públicas propostas indicaram uma participação pública autêntica por parte das populações.

Resistências individuais de pequenos lavradores. Resistências culturais como de quilombolas. Resistências de comunidades e bairros inteiros aos laudos técnicos que defendiam a saída de suas terras, com o apoio de outros estudos técnico-científico que se contrapunham aos estudos oficiais.

A invisibilização da disputa

Nunca é pouco destacar como o faz muito bem a professora Norma Valêncio (2011) que desastre no Brasil, além de suas características de fenômeno sócioambiental, é um termo em disputa. Essa queda de braço se dá principalmente nos ambientes científico-tecnocratas dos departamentos de gestão, dos prédios universitários e dos corredores dos legislativos em todo o país: “Tal disputa implica a legitimação ou não da atuação de certos grupos profissionais bem como a preponderância de alguns fazeres técnicos sobre outros” (Valencio, 2011, p.9).

Como a que vemos nas esferas federais, onde os maiores investimentos são feitos no Ministério da Ciência e Tecnologia, e não no Ministério da Integração Nacional que cuida justamente do tema desastres. No entanto, o que cabe aqui dar realce, e novamente Valêncio o faz muito bem, é a invisibilização dessa disputa em função da tradição discursiva autoritária que construiu grande parte das instituições públicas no Brasil. Essa tradição autoritária, que permite a apenas alguns saber do que se trata, torna invisível para a maioria da população os termos da disputa, os seus significados e as suas consequências. Essa característica brasileira é acirrada, e atualizada modernamente, através da separação entre aqueles que sabem fazer as tecnologias funcionarem e a população em geral que utiliza essas tecnologias sem saber o que existe nessas caixas-pretas. E, então, tudo se resume a uma discussão técnico-científica “a porta fechadas”, que no final irá gerar um relatório de técnico de gestão, que será “comunicado” aos cidadãos.

Essa dupla delegação (Callon, xxxx), que a sociedade acaba por aceitar, das legitimidades da gestão pela ciência e da ciência pela gestão, isto é, esse regime de produção de justificativas para a ação da gestão das instituições e autoridades, possui uma agravante no caso dos desastres: a urgência. A urgência em salvar vidas que tudo justifica até mesmo a ineficiência, a corrupção, a omissão e, por fim, a não-ação.

Nesse sentido, um esforço para a compreensão dos enfrentamentos e dos conflitos entre a dupla delegação e as ações coletivas baseadas no lugar faz-se necessário. E, no caso Brasil, o reconhecimento da forma como acontecem deve ser valorizada. É preciso entender como essas ações-manobras se materializam. Podemos distinguir quatro modos principais de envolvimento dos cidadãos com as ciências e os conhecimentos especializados (Nunes, 2007): Exterioridade - delegação incondicional de autoridade e de competência aos cientistas e peritos credenciados, como uma ignorância explicitamente assumida pelos cidadãos; Alinhamento - os cidadãos adotam as posições dos especialistas e subscrevem a legitimidade dos seus procedimentos, excluindo-se a crítica aos fundamentos epistemológicos dos saberes; Resistência - associada à crítica explícita do conhecimento científico e especializado e dos seus porta-vozes; e Articulação - reconhece a heterogeneidade dos atores e dos modos de conhecimento envolvidos; promove a procura e construção ativa de novas configurações de conhecimentos e de modos de intervenção, de alinhamentos de atores e de constituição de sujeitos; abre espaços para a emergência de ecologias de saberes – (Santos, 2007) e de formas de relação entre modos de conhecimento que evitam a desqualificação mútua.

Esta classificação tem um caráter ideal-típico mas pode ser utilizada para refletirmos como no sistema de redução de desastres - descrito como um conjunto de ações integradas pela prevenção, resposta e recuperação ao evento - se dá essa combinação de gestão, produção técnico-científica e cidadãos afetados. O modo articulação só se manifesta rapidamente na resposta ao desastre, no encontro da solidariedade dos cidadãos, das comunidades, incluindo as ações científicas e do próprio governo, e a sociedade. Na fase de recuperação, o retorno ao modo exterioridade costuma seguir-se, podendo converter-se numa posição de alinhamento. Nos processos de prevenção, o fenômeno se repete (Portella & Nunes, 2014). Na reconstituição da história do evento extremo de 2011, na maior parte de seu território, foi possível classificar como exterioridade a combinação das ações entre gestão, técnico-científicos, e sociedade.

O risco é uma condição latente, segundo Narváez et al. (2009), que não sendo modificada ou mitigada, por ação humana ou por mudanças nas condições físico-ambientais, anuncia um determinado nível de impacto social e econômico, quando um evento-extremo detona ou atualiza o risco existente. Essa condição foi construída durante anos nas cidades serranas e possibilitou os acontecimentos dramáticos de 2011 e que ainda estão em curso atualmente.

Para além do número dos óbitos oficiais (quase mil mortos) no evento serrano fluminense – que a população insiste em dizer que foi muito maior – e da grave perda da qualidade de vida, envolvendo aqui a própria condição emocional dessas populações, o maior impacto foi no sistema de redução de desastre brasileiro que foi completamente redesenhado a partir de então. Mas o que isso significou para a população desses territórios até o momento (ou para qualquer outra comunidade no Brasil ou para a população brasileira como um todo)? Não muito. Sem capilaridade, o financiamento do sistema de proteção civil não chega até a população, seja como prevenção, seja como recuperação, e somente como resposta, e muitas vezes, débil. Podemos seguir a lista de seis pontos disponibilizada por Mileti e Gailus (2005): ordenamento do território; engenharia e códigos de construção; mutualidade e seguros; preparação para a emergência e recuperação; novas tecnologias; aviso e alerta locais. O ordenamento do território, conjugado à engenharia e códigos de construção, com foco na prevenção e gestão de riscos, é o desenvolvimento da área de planejamento urbano que os poderes locais não estão capacitados a realizar. Com exceção das grandes capitais brasileiras e algumas outras cidades de médio porte, as municipalidades não produzem esse trabalho de maneira sistemática e integrada com regiões, estados e o país (a prioridade do governo é da ordem de grandeza de 800 municípios em cinco mil). Desta maneira, discutir mutualidade e seguros inteligentes, coligados às emergências e prevenção, torna-se no Brasil de hoje uma impossibilidade estrutural. Essa situação sobrecarrega os sistemas governamentais na preparação para a emergência e recuperação, tornando-os isolados tanto do setor privado, como da própria população. A preparação de planos de resposta e segurança, de prevenção e de contingências exigiria dos poderes públicos uma transparência que eles não estão acostumados a oferecer, compartilhamento de planejamentos e de decisões, com gestões mais participativas, que as máquinas estatais não têm capacidade para gerir. O desenvolvimento de instâncias altamente capacitadas em novas tecnologias, como o Cemaden - Centro de Monitoramento de Desastres Naturais do Ministério de Ciência e Tecnologia e o CENAD - Centro Nacional de Acompanhamento de Desastres Ministério da Integração Nacional, apesar da intensividade em uso tecnológico, gerou baixa capilaridade com as comunidades nacionais, sem conexão direta com a população apesar da viabilidade técnica atual, necessitando da intermediação das secretarias estaduais de defesa civil. Restam, por fim, os serviços de aviso e alerta locais para áreas consideradas de alto risco, como os instalados em comunidades da cidade do Rio de Janeiro e nas cidades serranas. Esses sistemas são o principal recurso de ação pública para gestão do risco nessas cidades, conectados aos serviços de informação de radares e satélites meteorológicos que têm o benefício de organizar as rotas de fuga e de abrigos nessas áreas de risco e capacitação habitual para essas comunidades em simulados. Mas sistemas de alerta, isolados das ações acima, se possuem a vantagem de salvar vidas, têm a desvantagem de facilitar a “naturalização” de condições sociais e de riscos inaceitáveis.

A situação de exclusão nas cidades serranas foi aprofundada pela internacionalização do evento-extremo, classificado na lista dos “Top 10” de maiores deslizamentos mundiais. Assim, a sua valorização na mídia internacional, que o associou aos fenômenos das mudanças climáticas, suavizou as responsabilidades sociais dos governos local, regional e nacional. Afinal, parecia ser um problema planetário. Uma versão modernizada da expressão: “Deus quis”.

Realidade da vida e do ambiente

O conhecimento comunitário, local, e pessoal vai sendo extraído e impessoalizado em relatórios e registros técnico-científicos. Esse conjunto de ações-manobras faz com que a população seja desapropriada da capacidade de lidar com a experiência de seu desastre. A apatia e ausência de capacidade de resposta passam a ser entendidas como comuns nessas comunidades, e o desastre emocional, invisível, é muito pouco compreendido e estudado. A decisão de não envolver a população na construção das respostas afeta indivíduos e coletividades. Nas cidades serranas, o impacto emocional do evento na população é invisibilizado pelos modos de intervenção de instituições e governos (Valencio, 2010).

Dessa forma, pode-se continuar como antes, onde a falta de mapeamento de risco e revisão dos planos diretores municipais deixa a região em insegurança permanente e não possibilita que os problemas sejam enfrentados. A combinação de ausências de políticas públicas de ordenamento territorial urbano-habitacionais e de proteção ambiental se agravam com as ocupações irregulares oferecidas para fins político-eleitorais.

Dívidas de outras calamidades não cumpridas pelos poderes públicos de famílias de atingidos nos anos oitenta, se acumulam com outras que vivem de aluguel social desde 2008, e agora se somam com aquelas que resultam do desastre de 2011. Permanecem como simbólicas maldades anônimas da ineficiência pública.

Mas é preciso entender que a desordem faz parte dessa pretensa ordem. Informações desencontradas sobre qual será o destino das pessoas e comunidades, disputa de poder sobre quem tem direito a agir ou cumprir, desorienta mas permite aos ineficientes ganhar tempo e, muitas vezes, dinheiro, como foi o caso das prefeituras de Teresópolis e Nova Friburgo. Procedimentos perversos de burocracias insanas são comuns e se refletem na quantidade de questionários que precisam ser preenchidos, de documentos perdidos na tragédia mas que precisam ser apresentados, novamente emitidos, para então serem mais uma vez cobrados.

Enquanto essas infinitas filas e burocracias vão sendo cumpridas, argumenta-se sobre a falta de terrenos que possam favorecer um reassentamento descentralizado que propiciaria uma maior qualidade de vida. Tanto em Nova Friburgo como em Teresópolis, a concentração dos afetados foi a solução apresentada. O Conjunto Habitacional Terra Nova, Nova Friburgo, com 2.237 apartamentos, com previsão de 10.000 pessoas foi a solução final. No momento, está com 8 mil moradores. E Teresópolis, no bairro Ermitage, o conjunto habitacional possui 1.600 apartamentos com entrega de 840 unidades habitacionais apontada para o segundo semestre de 2015. As áreas sociais, escolas, creches, postos de saúde, soluções de mobilidade urbana só serão realizadas após a ocupação pelos atingidos.

Esse é o modelo habitacional que se repete em todo o país. O projeto de construtoras e empreiteiras de construir um conjunto habitacional de prédios em uma única área, juntando famílias de áreas urbanas e rurais, sem respeito aos parentescos, vizinhanças, ou culturas. A ocupação dos prédios e seus blocos segue simplesmente a lista de afetados aptos na sequência de sua inscrição. Os afetados vizinhos que perceberam a “lógica da ocupação” conseguiram se manter “vizinhos” ao se inscreverem ao mesmo tempo. Mas para a maioria não foi assim e a falta de acesso de informações sobre o que é decidido sobre processos de desapropriação, sobre os direitos dos atingidos, e a classificação da situação é feita de cima para baixo, a partir de processos administrativos sem nenhuma transparência de procedimentos e de utilização de recursos, que muitas vezes, tentam mascarar a ineficiência da própria administração pública. Situação que favorece, por outro lado, as redes de corrupção.

Para as famílias das áreas rurais, especialmente, a transferência para apartamentos do conjunto habitacional é uma violência cultural e simbólica, para quem desejaria continuar trabalhando na agricultura.

É preciso entender as sutilezas do negócio

Por enquanto, ainda de maneira pouco organizada, mas está em andamento a construção da “indústria dos desastres socioambientais”, onde estes são usados como oportunidades para negócios de alta lucratividade, como também para desvios e má gestão dos recursos também por órgãos públicos. É preciso entender as sutilezas desse negócio.

Esse aprendizado que vem acontecendo no Brasil, tem sido amplamente descrito por Naomi Klein (2007), que acompanha desastres que foram mundializados em sua gestão. Em seu livro *A Doutrina do Choque*, a autora descreve como o tema dos desastres se transforma em elemento deliberado de estratégias econômico-políticas associadas a um novo modelo da atual fase acumulação do capitalismo. Nos últimos quarenta anos, a doutrina do choque econômico vem sendo aplicada em todo o mundo, inicialmente na década de 70 na América Latina até recentemente em Nova Orleans, após o furacão Katrina. Tal doutrina aproveita o estado de caos das adversidades extremas para criar economias de livre mercado, que normalmente requer a destruição violenta da ordem econômica anterior. Diz Klein: “É como a doutrina do choque trabalha: o desastre original – o golpe, o ataque terrorista, o derretimento do mercado, a guerra, a tsunami, o furacão – coloca populações inteiras em estado de choque coletivo” (p. 25). Elas não resistem e o capitalismo mundial age.

Os resultados das precipitações pluviométricas em toda a Região Serrana do Rio de Janeiro evidencia uma situação de desequilíbrio sócioambiental. Este inevitavelmente se agravará se o desenvolvimento continuar centrado e a serviço da economia comandada por grupos econômicos que só buscam a sua lucratividade, sem levar em conta a vida das pessoas e de toda a vida no planeta.

Para além de entendermos as sutilezas desse negócio, é preciso desenvolver estratégias e táticas capazes de romper com a dupla delegação entre gestão e regime de produção de conhecimentos, principalmente aquelas que se autorreforçam. Esse desenvolver passa necessariamente pela construção de redes de redes entre cientistas, gestores e cidadãos, no reconhecimento de que qualquer

saber por princípio é igual e compartilhável. E que a melhor ciência é aquela que é comum a todos, é cons-ciência, é senso comum (Santos, 2008).

Um exemplo pode servir aqui de inspiração: o Movimento Operário Italiano (MOI) (Oddone et al, 1986), que ao entender a natureza da administração científica do trabalho, progenitora de todas as duplas delegações ocidentais, lutou nas fábricas automotivas pelo reconhecimento, por parte dos trabalhadores, do poder do seu saber. O MOI surge com a recusa de delegar a outros (os técnicos) a única decisão sobre os riscos e danos das situações de trabalho, restaurando os recursos da ação aos coletivos. Por essa participação ativa dos trabalhadores desenvolvem o conceito de “não delegação”: nunca transferir o direito de controle das condições e ambiente de trabalho à ação técnica e institucional. Essa ação tem como finalidade a não *monetização do risco*, expressa pela palavra de ordem: “A saúde não se vende nem se delega: se defende”, que também contribui para o desenvolvimento da Saúde do Trabalhador no âmbito da Saúde Pública no Brasil, na construção do Sistema Único de Saúde, na década de 80.

Pela importância do tema desastre, compreendemos a necessidade dessa inspiração, pois a proteção e a defesa civil não se vende, nem se delega: se assume. Essa foi exatamente a experiência da comunidade quilombola na cidade de Petrópolis. Eles decidiram não ir para o abrigo oficial. Eles decidiram manter a totalidade de sua comunidade – 54 pessoas – juntas, mesmo que isso representasse inicialmente alguma dificuldade logística. Com o apoio de proprietários locais ocuparam um estabalo e lá ficaram por três meses. Enquanto negociavam com o apoio do Ministério Público, melhores condições e a reconstrução de suas habitações. Hoje, Associação Remanescente do Quilombola da Taquera está reinstalada. Essa experiência de resistência também pode ser acompanhada em um dos bairros da cidade de Nova Friburgo: Córrego Dantas. Em janeiro de 2011, foi um dos territórios mais atingidos entre mortos, desalojados e destruição de infraestrutura e residências. A afirmação corrente entre autoridades era: “Córrego Dantas não existe mais!” Em uma combinação pouco comum, a Associação de Moradores aglutinou em torno de si um conjunto de instituições locais, estaduais e nacionais – a maioria, universidades e centros de pesquisa, e passou a resistir aos laudos oficiais oferecidos pela combinação de gestores públicos e instituições científicas. Além de cursos de formação em redução de desastres e projetos para os jovens locais registrarem a memória do bairro, foi possível suspender o laudo oficial que impossibilitava a finalização da construção da sede da associação de moradores, por ser/estar em área mapeada como de risco; em sequência refizeram o mapa de risco do bairro e conseguiram questionar o plano diretor de ordenamento territorial municipal; realizaram a primeira avaliação do sistemas de alerta instalado pelo governo estadual e se prepararam para produzir uma proposta local; por fim, neste momento, se prepararam para a realização de um seminário comunitário-científico para iniciarem a discussão da produção de plano de emergência comunitário para o bairro. Córrego Dantas ressurgiu!

Em suma, romper com a dupla delegação pode exigir uma criatividade coletiva que seja transversal assim como é um desastre.

Referências Bibliográficas

Cooke B. & Kothari U. 2001. (Org.) *Participation: The New Tyranny?*. London: Zed Books.

- Dagnino E., Oliveira AJ & Panfichi A. 2006. *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra.
- Hickey S. &, Mohan G. 2004. (Org.). *Participation – From Tyranny to Transformation? Exploring New Approaches to Participation in Development*. London: Zed Books.
- Klein, N. 2007. *The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism*. Toronto: Knopf Canada.
- Mendes, J.M. 2010. Pessoas sem voz, redes indizíveis e grupos descartáveis: os limites da teoria do actor-rede. *Análise Social*, vol.196, 447-465.
- Milani C. 2008. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. *Revista de Administração Pública*, 42 (3):551-79.
- Mileti, D. &, Gailus, J. 2005. Sustainable Development and Hazards Mitigation in the United States: Disasters. *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change*. Springer, 10: 491-504.
- Narváez, L.; Lavell, A. & Ortega, G.P. 2009. *La gestión del riesgo de desastres: un enfoque basado en procesos*. San Isidro: Secretaría General de la Comunidad Andina.
- Nunes JA. 2007. *Governança, Conhecimento e Participação Pública*. Relatório para Provas de Agregação. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 111p.
- Oddone, I. et al. 1986. *Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, B.S. 2007. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*; 78: 3-46.
- Santos, B. S.2008. *Um Discurso sobre as Ciências*. São Paulo: Cortez, 5 edição.
- UNISDR - Sendai framework for disaster risk reduction 2015-2030. 2015. ONU, 18 March 2015.
- UNDP - United Nations Development Programme. 1993. People's Participation Technical Report. New York: UNDP.
- Valencio N. 2010. Desastres, Ordem Social e Planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro. *Saúde e Sociedade*, 19(4):748-762.
- Valencio, N. 2011. Desastre: um termo em disputa. Textos geradores – II Seminário Nacional de Psicologia em Emergências e Desastres / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2011. 76 p. Disponível em: www.emergenciasedesastres.cfp.org.br/wp-content/.../10/normavalencio.pdf. Acesso em: 15 de fev de 2015.